

PROJETO DE LEI Nº 017, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2024.

Altera Parcialmente a Lei Municipal nº 1.999/2023 LDO.

Marcus Vinicius Godoy de Aguiar, Prefeito Municipal de Aceguá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração de Vossa Excelência e do Colendo Plenário o seguinte;

PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica criado a alínea “i” no art. 51 da Lei Municipal nº 1.999/2023 que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 o seguinte:

“Art. 51...

I-...

II-...

III-...

IV-...

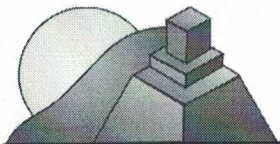
V- ...

i) Fica alterada a remuneração do Cargo de Diretor Geral da C.M.V para CC/FG 09.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aceguá, 15 de fevereiro de 2024.

Marcus Vinicius Godoy de Aguiar
Prefeito.



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei objetiva criar a alínea “i” no art. 51 da LDO, conforme orientação técnica emitida pelo IGAM ao Legislativo Municipal.

Por tratar-se de matéria de suma importância, pedimos "vênia" ao Douto Plenário para sua aprovação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aceguá, 15 de fevereiro de 2024.


Marcus Vinicius Godoy de Aguiar
Prefeito.

DECLARAÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **Julio Cesar Porciúncula Lemos**, Presidente da Câmara Municipal do Município de Aceguá, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de Ordenador de Despesas e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro **DECLARO** existir recursos para realizar o gasto, cujas despesas, no exercício financeiro de 2024, correrão por conta das dotações orçamentárias contidas, estando adequadas à Lei Orçamentária Anual e compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Aceguá, 12 de março de 2024.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. C. Porciúncula Lemos', is written over the document.

**ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO PARA GASTO COM
PESSOAL nº. 008/2024**

PROJETO LEI 001, de 30 de janeiro de 2024.

Em cumprimento ao disposto no art. 16 e 21 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e no parágrafo primeiro e incisos do art.169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer.


FINALIDADE: Fica o Mesa Diretora da Câmara Municipal, através do seu Presidente, autorizado a a alterar o padrão de vencimentos do cargo de Diretor Geral previsto no Art. 10 da lei nº 469/2006 para CC ou FG 09 NR.

ESTIMATIVA DE GASTOS: Ao ano em curso estima-se o impacto de 11 meses, e aos anos de 2025 e 2026 o impacto de 13 meses com um reajuste de 5% ao ano. As despesas serão custeadas com recursos repassados pela União Federal conforme Lei acima descrita. Os encargos sociais estimados seguem as alíquotas e os descontos das tabelas vigentes e serão custeados pelo município conforme demonstrativo abaixo:

Discriminativo	2024	2025	2026
Diretor Geral (01) *	R\$ 23.215,30	R\$ 28.808,08	R\$ 30.248,48
Obrigações Patronais INSS	R\$ 4.029,10	R\$ 4.999,75	R\$ 5.249,74
Total	R\$ 23.215,30	R\$ 28.808,08	R\$ 30.248,48


*Quantidade de servidores

** Calculo considera 12 meses de remuneração


Simone da Silva Leitzke
Secretária da Administração
e Fazenda
CRC/RS 082910/O-3

IMPACTO GASTO DE PESSOAL/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida do PAD	R\$ 46.459.012,87
Gasto Total Pessoal do PAD	R\$ 1.192.967,07
Percentual do gasto com pessoal	2,57%
Valor do Impacto Proposto	R\$ 27.674,31
Gasto total após a contratação	R\$ 1.220.614,38
Percentual da RCL com o aumento	<u>2,63%</u>


Simone da Silva Leitzke
Secretária da Administração
e Fazenda

CRC/RS 082910/O-3